



Alexandre Augusto Forciniti Valera
OAB/SP 140.741

**EXCELENTÍSSIMO(A). SENHOR(A). DOUTOR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA ____
VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAUBATÉ/SP**

CLAUDIA UCHOAS PEREIRA BRANDÃO (Neta), brasileira, casada, do lar, portadora do CPF/MF n.º 141.831.668-70 e RG n.º 21.787.639-0 SSP/SP, residente e domiciliada à Av. Jorge Salim Mutram, n.º 101, Apto 204, Bloco C, CEP: 12040-870, no município de Taubaté/SP; **ODETE UCHOAS DOS SANTOS PEREIRA (Nora)**, brasileira, viúva, pensionista, portadora do CPF/MF n.º 246.115.478-33 e RG n.º 8.068.093 SSP/SP, residente e domiciliada à Rua Cap. José de Brito, n.º 120, - Viila Barão, CEP: 12620-000, no município de Piquete/SP; ambas na qualidade de **herdeiras de JOÃO CASSIANO PEREIRA**; referente à conta poupança n.º 14.000.720-1; devidamente representado por seu advogado in fine, vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 475-B, 475-J, 475-N e seguintes do Código de Processo Civil, propor a presente ação de:

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE AÇÃO COLETIVA
(Fase de Execução)

em face do **BANCO DO BRASIL S/A**, pessoa jurídica de economia mista, inscrita no CNPJ sob o n.º. 00.000.000/0001-91 com estabelecimento no *Setor Bancário Sul – SBS s/n, Quadra 01 - Bloco G, 24º andar, CEP 70.073-901, Asa Sul na cidade de Brasília/DF*, tudo consubstanciado nos fatos e fundamentos a seguir especificados.

1

DOS FATOS

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC, em 26 de março de 1993, ingressou perante a 6ª Vara Cível da Fazenda Pública da Capital Paulista, com uma **"AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ACP"** contra o Banco Nossa Caixa S/A (sucedido por incorporação pelo Banco do Brasil S/A). A ação tinha como finalidade única e exclusiva:

- *Restar declarado e reconhecido judicialmente, o direito adquirido dos titulares de contas de poupança com aniversário na 1ª quinzena do mês de janeiro de 1989 junto à referida instituição financeira, possibilitando aos respectivos poupadores, o recebimento das diferenças de correção monetária não creditada, observando-se para este fim, o Índice de Preços ao Consumidor - IPC, incidente sobre o saldo daquele mês, acrescidos dos juros remuneratórios, apurando-se o "quantum debeatur" em sede de liquidação de sentença.*

O réu foi citado em 18/06/1993. **Ato contínuo** sobreveio a r. sentença de **"PROCEDÊNCIA"**, condenando a casa bancária a pagar aos titulares de cadernetas de poupança a diferença existente entre o índice de 71,13% apurado em janeiro de 1989 (inflação de 70,28% mais juros de 0,5% ao mês), e o creditado nas cadernetas de poupança (22,97%), com as devidas correções monetárias e juros, na forma estabelecida pelos artigos 95 a 100 do Código de Defesa do Consumidor, conforme **CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ. (Anexo I)**

Deflagrada a procedência da ação, houve interposição de **RECURSO DE APELAÇÃO** pelou réu. O extinto 1º Tribunal de Alçada Cível, houve por bem, manter **incólume a decisão de 1º grau** proferida pelo juiz monocrático.

Inconformado, o réu interpôs **RECURSO ESPECIAL e EXTRAORDINÁRIO**. O Superior Tribunal de Justiça - STJ **"negou seguimento"** ao Recurso Especial, contudo reduziu o percentual de 70,28% para 42,72% - IPC. De outra banda, o Excelso Supremo Tribunal Federal - STF, **"negou seguimento"** ao Recurso Extraordinário.

Irresignada com o **"decisum"** o réu interpôs **agravo de instrumento** perante o SUPREMO, a fim de viabilizar o recebimento/processamento do recurso extraordinário. Ao analisar o recurso, **o STF negou seguimento**.

Diante da decisão magna do Excelso Pretório, a ré interpôs num último suspiro de inconformismo um **"agravo regimental"**, do qual não logrou êxito. O recurso no STF teve o seu **trânsito em julgado** certificado em **09/03/2011** e, conseqüentemente, os autos foram remetidos para a Vara de origem, para **início da**

execução do julgado, o chamado de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA introduzido pela Lei 11.232/05.

DO DIREITO APLICÁVEL A ESPÉCIE

1. DA INSTRUÇÃO DA DEMANDA

Nos casos de liquidação de sentença proveniente de Ação Civil Pública referente aos expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, **não há necessidade de instruir a demanda com Carta de Sentença**, conforme Comunicado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo nº 2044/2010, senão vejamos:

PROCESSO Nº 2010/106104 - CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

A Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo COMUNICA, a todos os Magistrados do Estado, que os pedidos de liquidação de sentença, nas ações civis públicas para cobrança dos expurgos inflacionários em caderneta de poupança, **PODERÃO SER INSTRUÍDOS COM SINGELA CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ** contendo número do processo, data da distribuição, nome das partes, objeto da ação, data e dispositivo da sentença, data e resultado do acórdão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, data e o resultado dos acórdãos dos E. Tribunais Superiores, com as respectivas certidões de trânsito em julgado, sendo desnecessária a juntada de cópia integral da sentença e dos eventuais acórdãos evitando-se a sobrecarga de trabalho nos Ofícios de Justiça e de custo com o arquivamento. **(grifo nosso)**

2. DAS FORMAS DE LIQUIDAÇÃO EM EXECUÇÕES INDIVIDUAIS DE AÇÃO COLETIVA

A liquidação é o ato judicial preliminar ou preparatório do cumprimento da sentença que **visa fixar o valor da condenação** ou **indivíduoar o objeto**, no caso de sentença ilíquida ou omissa. **Com a liquidez, a sentença torna-se exequível, habilitando o credor a formular a sua pretensão**

Sabe-se que **parte da doutrina** defende a necessidade de liquidação por artigos quando houver pedido de cumprimento da sentença prolatada em ação coletiva que fixa a responsabilidade do réu por danos causados aos consumidores.

Na hipótese dos autos, porém, **a medida se mostra desnecessária**. A sentença condenatória prolatada em ação coletiva é genérica (art. 95 do CDC). Essa característica resulta na iliquidez do título judicial, motivo pelo qual se mostra necessária à prévia liquidação para a execução individual do julgado.

Ocorre que a **"liquidação da sentença"** pode ser realizada de três formas, a seguir:

- 1) **PELA APRESENTAÇÃO DE MEMÓRIA DISCRIMINADA E ATUALIZADA DE CÁLCULO** (art. 475, B c/c 475, J e 614, II do CPC)

Obs.: Quando o(s) exequentes apresentam documentos que comprovam o n.º da conta e da agência, e o valor do saldo na 1ª quinzena de Janeiro/1989.

2) **POR ARBITRAMENTO** (Art. 475, C do CPC)

Obs.: Quando o juiz NÃO convenceu dos cálculos apresentados na inicial nomeia perito, ou a requerimento das partes para obtenção do quantum debeatur.

3) **POR ARTIGOS** (arts. 475-E e F do CPC)

*Obs.: Faz-se necessária quando o exequente “não” tenha documentos que comprovem a existência do seu direito, necessitando provar “**FATO NOVO**”, o que só seria possível em liquidação por artigos.*

O que se busca na presente liquidação é o “quantum debeatur”.

Neste sentido, é o escólio de **ADA PELLEGRINI GRINOVER**, in verbis:

“(…) O requerimento de liquidação de sentença na ação coletiva possui certa particularidade em relação ao requerimento de liquidação de sentença nas ações individuais, pois nestas não mais se perquire a respeito do “an debeatur”, mas somente sobre o “quantum debeatur”.

(Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 8ª ed., 2005, pág. 886).

Data Vênia, o(s) autor(es) exequente(s) anexou(ram) **cópia do extrato da conta poupança** que mantinha(m) junto à casa bancária acionada, demonstrando “saldo positivo” no período vindicado - Plano Verão.

Com efeito, a parte autora possui elementos para a realização da liquidação de sentença mediante memória discriminada e atualizada do cálculo (**art. 475, B**), motivo pelo qual “**NÃO**” há justificativa plausível para exigir-se a liquidação por **arbitramento** (**art. 475, C**) ou **por artigos** (art. 475, E e F) ambos do CPC.

Neste entendimento, assentou o E. TJSP, in verbis:

*LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROMOVIDA PELO IDEC VERSANDO SOBRE A DIFERENÇA DE RENDIMENTOS CREDITADOS EM CADERNETA DE POUPANÇA - **Liquidação por artigos – Desnecessidade. No caso em que os exequentes apresentarem os documentos que comprovem o número da conta e da agência, bem como o valor depositado em janeiro de 1989, basta a juntada de simples cálculos aritméticos para apuração do valor devido Inteligência do art. 475-B do Código de Processo Civil.** Recurso não provido (banco)*

(TJSP – AI n.º 0207810-62.2011.8.26.0000, 17ª C. Cível, Rel. Des. Paulo Pastore Filho, j. 25/04/2012, DJ. 26/04/2012)

Corroborando entendimento, o E. TJRS senão veja:

*APELAÇÃO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. **AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. SOBRESTAMENTO EM FACE DE REPERCUSSÃO GERAL. ABRANGÊNCIA NACIONAL E COISA JULGADA. Requisito intrínseco. Apelação não conhecida nos pontos por ausência de interesse recursal. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. LIQUIDAÇÃO POR ARTIGOS. DESNECESSIDADE. Desnecessária a liquidação por artigos se o valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético.***

sendo suficiente que o credor instrua o pedido de cumprimento com a memória discriminada e atualizada de cálculo (art. 475-B do CPC). APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E, NA PARTE CONHECIDA, PROVIDA (Autor)

(TJRS – AC nº 70043567247, 2ª Câmara Especial Cível, Rel. Des. Marco Antonio Angelo, j. 28/09/2011)

PEDIDO DE CUMPRIMENTO INDIVIDUAL. AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO. IDEC. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. O cumprimento possui fundamento em sentença com trânsito em julgado e, portanto, a obrigação é líquida (bastando ser efetuado o cálculo), certa e exigível. Não é obrigatória a prévia liquidação de sentença se o pedido de cumprimento atende à regra do art. 475-B, do CPC. Sentença desconstituída. Apelo do autor provido.

(TJRS - AC n.º 70043387398, 2ª Câmara Especial Cível, Rel. Des. Marcelo Cezar Müller, j em 27/07/2011)

Não é outro entendimento senão a jurisprudência dominante do **Colendo Superior Tribunal de Justiça**, em recente julgado, in verbis:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. MEMÓRIA DE CÁLCULO. ÔNUS DO CREDOR. PRECEDENTES.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que "o cumprimento da sentença não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da decisão. De acordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC, cabe ao credor o exercício de atos para o regular cumprimento da decisão condenatória, especialmente requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada" (REsp 940.274/MS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Rel. p/ Acórdão Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 7.4.2010, DJe 31.5.2010). Agravo regimental do banco improvido.

(STJ - AgRg no REsp n.º 1218667/RS, 2ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011)

3. DA LEGITIMIDADE ATIVA

O(s) Requerente(s) como titular(es) de conta(s) poupança com data base prevista na primeira quinzena, têm o **direito adquirido de postular em juízo**, como legitimado pela Ação Civil Pública, em receber do Banco Requerido a diferença da correção monetária referente ao mês de janeiro de 1989, tendo como parâmetro para esse fim, o Índice de Preços ao Consumidor - o IPC - na ordem de 42,72%, acrescidos de juros remuneratórios de 0,5% ao mês, capitalizados, calculados desde a data em que deveriam ter sido creditados **até o efetivo pagamento** consoante as fls. 656/659 do STJ.

O caráter genérico da r. sentença constituída nos moldes do "**art. 95 do CDC**", autoriza os Requerentes a apurarem em Liquidação de Sentença, os danos decorrentes do "**não creditamento**" nas contas poupanças, decorrente da diferença de correção monetária auferida no mês de Janeiro de 1989 e os termos do julgado fixado para esse fim.

Os danos a serem apurados na presente Liquidação de Sentença já se encontram identificados e definidos no próprio título judicial, sendo eles constituídos pela

diferença da correção monetária não creditada na conta poupança subjudice no mês em comento, **com os parâmetros exequendos adiante colacionados** e presentes na Certidão de Objeto e Pé.

Como se vê, são danos que não demandam de injunções técnicas para serem apurados, **dependem apenas de simples cálculos aritméticos** para atingir o resultado objetivado, nos respectivos termos do julgado.

Em valiosa lição, Humberto Theodoro Júnior, vaticina:

*“Se o julgado aproximar-se bastante do quantum debeatur, deixando-o a depender de simples operações aritméticas, **bastará ao credor fazer ditas operações na própria inicial da execução**”.*

(Processo de Execução e Cumprimento da Sentença, 24ª edição, pág. 632).

Desta feita, não existe complexidade para apuração do **“quantum debeatur”** dos prejuízos sofridos pela Requerente. Nesta esteira, basta, segundo o enunciado do artigo 475-B, do Código de Processo Civil, a elaboração de **simples cálculos aritméticos** para alcançar o fim objetivado.

4. DA LEGITIMIDADE PASSIVA

De plano, cumpre destacar que o Tribunal da Cidadania – o Colendo STJ já pacificou entendimento de que as Instituições Financeiras são responsáveis pela restituição dos valores relacionados com os **“expurgos inflacionários”** dos Planos Econômicos na modalidade de investimento - CADERENETA DE POUPANÇA.

Neste sentido, asseverou a Segunda Seção do STJ com base na sistemática dos **Recursos Repetitivos** (CPC, art. 543-C) dirimindo a questão molecular acerca da matéria, conforme abaixo transcrito:

*(...) **A instituição financeira depositária é parte legítima para figurar no pólo passivo da lide em que se pretende o recebimento das diferenças de correção monetária de valores depositados em cadernetas de poupança, decorrentes de expurgos inflacionários dos Planos Bresser**. Verão, Collor I e Collor II; com relação ao Plano Collor I, contudo, aludida instituição financeira depositária somente será parte legítima nas ações em que se buscou a correção monetária dos valores depositados em caderneta de poupança não bloqueados ou anteriores ao bloqueio.*

(STJ – REsp n.º 1.147.595/DF – 3ª Turma, Rel. Min. SIDNEI BENETI, j. 25/08/10, DJe. 06/05/2011)

5. DO PARÂMETRO EXEQUENDO

Em recentes decisões proferidas na ACP originária, o E. TJSP **dirimiu controvérsias, sanou omissões e obscuridades**, apontando de forma inequívoca: **EFEITO E**

ALCANCE DA ACP, PRESCRIÇÃO e PARÂMETRO EXEQUENDO (Método e Forma de atualização; termo inicial e final dos juros remuneratórios e mora; e a incidência de honorários), para as “**execuções individuais**”, abaixo transcritos de forma sucinta e objetiva, senão:

EFEITOS E ALCANCE

(...) Inicialmente, saliente-se que o título judicial formado pela **r. sentença de fls. 123/133** é claro ao dispor que a ré deve “pagar aos titulares de cadernetas de poupança, mediante comprovação da titularidade da conta, no período (...)”, **não havendo qualquer restrição quanto à sua eficácia subjetiva**.

No caso dos autos, portanto, a **execução recai sobre sentença que não limitou subjetivamente o seu alcance** apenas aos associados do IDEC ou a consumidores com domicílio na Comarca de São Paulo quando do ajuizamento da ação civil coletiva, **daí porque produz efeitos a todos os poupadores do banco agravado**. (g.n).

PRESCRIÇÃO

(...) o prazo prescricional para execução desse título por parte dos poupadores deve ter **por termo inicial o trânsito em julgado da decisão** que deu origem ao título exequendo.

(...) o **prazo prescricional da execução será o mesmo prazo para a prescrição da ação**, conforme disposto na Súmula 150 do Excelso Supremo Tribunal Federal.

(TJSP – AI n.º 0217683-86.2011.8.26.0000, 17ª C. Cível, Rel. Paulo Pastore Filho, j. 14/03/2012, DJ. 16/03/2012)

PARÂMETRO EXEQUENDO

Forma da Liquidação

- ✓ Apresentação de memória discriminada e atualizada de cálculo (CPC, art. 475, B), ou por artigos (art. 475, E) ambos do CPC.

(TJSP – AI n.º 990.10.082073-7, 17ª C. Cível, Rel. Des. Simões de Vergueiro, j. 28/07/2010, DJ. 13/08/2010)

Atualização Monetária

- ✓ Utilização da **Tabela Prática do E. TJSP em todo o período** (desde o evento danoso até o efetivo pagamento).

Juros Remuneratórios

- ✓ 0,50% de forma capitalizada (desde o evento danoso até o efetivo pagamento).

(EDcl do Min. Público na ACP – Transitado em julgado, fls. 138)

Juros Moratórios → linear simples (não capitalizados) a **contar da citação da ação de conhecimento** (09/03/2011)

- ✓ 0,50% a.m (desde a citação na ACP até a entrada do NCC);
- ✓ 1,00% a.m (após o NCC até o efetivo pagamento).

Honorários Advocatícios



✓ Só poderão ser incididos em caso de impugnação.

(TJSP – EDcl. no AI n.º 0217683-86.2011.8.26.0000/50001, 17ª C. Cível, Rel. Paulo Pastore Filho, j. 20/06/2012, DJ. 25/06/2012)

Por fim, impende ressaltar que o termo inicial dos juros moratórios nas execuções individuais de ação coletiva, restou uniformizada na sistemática de Recursos Repetitivos (art. 543, C do CPC) quando dos julgamentos concomitantes dos Recursos Especiais n.º 1.370.899/SP (Rel. Min. Sidnei Beneti) e n.º 1.361.800/SP (Rel. Min. Raul Araújo) ocorrida no dia 21/05/2014 no plenário da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça – STJ, a contar da ação de conhecimento (Ação Civil Pública).

6. DO FORO COMPETENTE

A competência para distribuição da ação de EXECUÇÃO DE SENTENÇA poder-se-á nos seguintes termos:

NO JUÍZO DA AÇÃO CONDENATÓRIA DA ACP

✓ art. 475-P, II do CPC c/c inciso II, §2º do art. 98 do CDC;

NO DOMICÍLIO DO AUTOR (liquidante)

✓ inciso I, §2º do art. 98 c/c o art. 101, I ambos do CDC.

Com efeito, havendo possibilidade da ação de liquidação tramitar em foro diverso da ação condenatória, **não há dúvida de que esse foro diferente pode também ser o do domicílio do consumidor**, levando-se em conta a existência dessa faculdade para a EXECUÇÃO INDIVIDUAL (art. 101, inciso I), bem como os princípios do próprio Código dentre os quais se destacam:

✓ **O reconhecimento da vulnerabilidade (art. 4º, CDC);**

✓ **A garantia de facilitação de sua defesa em juízo e de acesso aos órgãos judiciários (art. 6º, incisos VII e VIII, do CDC).**

Nesta senda, garantiu o CDC visando beneficiar os princípios da facilitação da defesa e de acesso à justiça do consumidor, como condição pessoal ante sua vulnerabilidade e hipossuficiência na relação de consumo, a prerrogativa de ajuizamento da demanda no foro do seu domicílio, regra esta de **ordem pública e especial**.

Revela-se extreme de dúvidas que a LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA engendrou **02 sistemas diversos de execução** da sentença coletiva, são elas:

✓ **EXECUÇÃO INDIVIDUAL (facultado o litisconsórcio ativo);**

- ✓ **EXECUÇÃO COLETIVA** (Legitimados Concorrentes = IDEC, representando seus associados).

No caso de **execução individual** da sentença coletiva, levando-se em conta a vulnerabilidade e hipossuficiência do consumidor (CDC, art. 4º e 6º, VII e VIII), há mais de um foro competente, **inclusive o de seu próprio domicílio**, ao passo que no caso de **execução coletiva**, há somente o foro da sentença condenatória.

A fim de evitar qualquer pré-questionamento do banco réu, a questão restou amplamente dirimida e aquilatada em favor do consumidor, em julgamento na sistemática de **RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS** (CPC, art. 543-C), tendo a Corte Especial daquele Sodalício, **uniformizado a questão, in verbis**:

DIREITO PROCESSUAL. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ART. 543-C, CPC). **DIREITOS METAINDIVIDUAIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.** APADECO X BANESTADO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. EXECUÇÃO/LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL. FORO COMPETENTE. **ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. LIMITAÇÃO TERRITORIAL. IMPROPRIEDADE.** REVISÃO JURISPRUDENCIAL. LIMITAÇÃO AOS ASSOCIADOS. INVIABILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA.

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC:

1.1. A liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a limites geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC).

1.2. (...) descabe a alteração do seu alcance em sede de liquidação/execução individual, sob pena de vulneração da coisa julgada. Assim, não se aplica ao caso a limitação contida no art. 2º-A, caput, da Lei n. 9.494/97 (STJ - REsp n.º 1.243.887/PR - CORTE ESPECIAL, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, j. em 19.11.2011, DJe 12.12.2011).

7. DA PRESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO

A prescrição para o cumprimento de sentença, cuja pretensão executiva, encontra amparo na **Súmula 150 do STF**, assim prevê:

“Prescreve a execução **no mesmo prazo de prescrição de ação**”.

Em recente julgado, o STJ reconheceu a “**prescrição quinquenal**” a **contar do trânsito em julgado da sentença coletiva** (fase cognitiva), assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PLEITO DE SUSPENSÃO DO FEITO EM RAZÃO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO REPETITIVO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL QUE IMPONHA AOS MEMBROS DESTA TRIBUNAL A SUSPENSÃO DOS RECURSOS QUE JÁ SE ENCONTRAM NO STJ. **EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA.** APADECO. EXPURGOS. PLANOS ECONÔMICOS. **PRAZO DE PRESCRIÇÃO. (...)**

2. Nas execuções individuais de sentença proferida em ação coletiva, revela-se imperiosa a observância do prazo próprio das ações coletivas, que é quinquenal, nos termos do precedente firmado no REsp. n. 1.070.896/SC, aplicando-se a Súmula n. 150/STF.

3. A controvérsia acerca do prazo para os beneficiários ajuizarem as respectivas execuções individuais da sentença coletiva veio a ser apreciada pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça que, no julgamento dos recursos especiais 1.275.215/RS e 1.276.376/PR, pacificou o entendimento de que o prazo prescricional pertinente é de 5 (cinco) anos, a partir do trânsito em julgado da sentença coletiva.

4. Agravo regimental não provido.

(STJ – AgRg no REsp n.º 1.266.736/PR – 4ª Turma, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, j.14/02/2012, DJe. 22/02/2012)

Com efeito, a pretensão executiva do(s) credor(es) **não restou fulminada**, vez que “**NÃO**” decorrido lapso temporal superior a 05 (cinco) anos entre a distribuição do presente cumprimento de sentença e o trânsito em julgado da sentença coletiva objeto da demanda, senão veja:

Trânsito em julgado da ACP Originária: 09/03/2011

- ✓ *Prescrição: 09/03/2016 (20 anos e 01dia)*
- ✓ *Prazo final para Ingresso da Execução: 08/03/2016*

8. DO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS

O art. 4º, § 6º da Lei n.º 11.608/03, dispões que na Ação Civil Pública a “**taxa judiciária**” será paga na forma prevista no artigo 18 da Lei n.º 7.347/85 (LACP), que dispensa o adiantamento de custas.

Frise-se, por sinal, que a Lei Estadual n.º 11.608/2003, que versa da **Taxa Judiciária incidente sobre os serviços de natureza forense**, (vigente até a presente data), “**NÃO**” traz nenhuma previsão legal **para o recolhimento antecipado** em casos de **liquidação de sentença**.

Pelo contrário, em seu **artigo 4º, inciso III, §1º**, prevê que deve ser recolhida nos seguintes termos:

“1% (um por cento) ao ser satisfeita a execução”.

A habilitação dos legitimados não constitui nova ação, mas apenas fase de cumprimento de sentença da ação coletiva, **não estando sujeita ao recolhimento de taxa judiciária no momento da distribuição.**

verbis:

Sobre o tema, assentou o E. Tribunal de Justiça de São Paulo, **in**

“CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - Coisa julgada material formada nos autos de ação civil coletiva - Expurgo de correção monetária sobre os saldos de contas de poupança por ocasião de plano econômico governamental – Pedido feito por poupadores que tinham contas com o réu, por dependência - Mera fase processual - **Taxa judiciária não-incidente, exceto na satisfação da execução - Art. 4º, inciso III, da Lei Estadual n. 11.608/03** - Efeitos da sentença erga omnes, ultra partes, nos termos



do Código de Defesa do Consumidor - Desnecessidade do credor, na liquidação individual, ser associado da entidade autora da ação civil coletiva - Recurso provido" g.n

(TJSP - AI n.º 990.10.179372-5 - 12ª C. Cível - Rel. Des. CERQUEIRA LEITE - v.u, j. 09.06.2010)

O diferimento do recolhimento da taxa judiciária **após a satisfação da execução**, é medida que, "**sem qualquer prejuízo ao Estado**", irá proporcionar efetivamente a tão esperada distribuição de Justiça, devolvendo ao(s) requerente(s), ora CREDOR(es) o que realmente lhe(s) pertence(m).

9. **DA SUSPENSÃO/SOBRESTAMENTO DE FEITO**

As decisões abaixo proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, **não impõem o sobrestamento de feito**, de ações em SEDE EXECUTIVA (com sentença transitada em julgado), são elas:

Relator: José Dias Toffoli

- ✓ RE n.º 626.307/SP (Plano Bresser e Verão)
- ✓ RE n.º 591.797/SP (Plano Collor I)

Relator: Gilmar Mendes

- ✓ AI n.º 754.745 (Collor II) de Relatoria do Min. Gilmar Mendes,.

A presente EXECUÇÃO reporta-se do cumprimento de sentença da ACP n.º 1998.01.1016798-9 que tramitou na 12ª vara cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, com TRÂNSITO EM JULGADO em 27/10/2009, **não havendo que se cogitar qualquer disposição de SOBRESTAMENTO ou SUSPENSÃO** do feito.

Disposição em sentido contrário afronta **em seu âmago, o instituto da coisa julgada** (art. 5º XXXVI, CF/88) casos pretéritos já sacramentados pelo manto da ***res judicata***. O trânsito em julgado da sentença coletiva é situação que, em regra, **a torna imutável**.

10. **DOS HONORÁRIOS – FASE EXECUTIVA**

Por ventura, **caso se instaure o contraditório**, e haja manuseio de técnicas processuais e atos protelatórios (impugnações/recursos) sem o pagamento espontâneo do "**quantum debeatur**", faz-se necessário, a fim de desestimular o réu vencido, pelo inadimplemento de sua obrigação, a **fixação de honorários**, de **"FORMA EQUITATIVA"** nos termos dos art. 20, §4º c/c 652-A ambos do CPC.

A propósito, colaciono precedentes jurisprudenciais:

(...) A remissão contida no § 4º do art. 20 do CPC, relativa aos parâmetros a serem considerados na "apreciação equitativa do juiz" para a fixação da verba honorária, refere-se às alíneas do § 3º (a, b e c) e não ao seu caput. Desse modo, também no cumprimento de sentença, o magistrado, utilizando como critério a equidade, deve arbitrar os honorários advocatícios observando "o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço", e não se vincular aos limites de 10% e 20% "sobre o valor da condenação" (...).

(STJ – AgRg no Ag n.º 1328578/RS, 4ª Turma, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, j. 17/02/2011)

A matéria foi objeto de apreciação pela **"CORTE ESPECIAL"** daquele sodalício, senão veja:

"(...) O art. 475-I, do CPC, é expresso em afirmar que o cumprimento da sentença, nos casos de obrigação pecuniária, se faz por execução. Ora, se nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, a execução comporta o arbitramento de honorários e se, de acordo com o art. 475, I, do CPC, o cumprimento da sentença é realizado via execução, decorre logicamente destes dois postulados que deverá haver a fixação de verba honorária na fase de cumprimento da sentença (...)"

(STJ - REsp n.º 1.028.855/SC, CORTE ESPECIAL, Rel. Min.ª NANCY ANDRIGHI, j. 27/11/2008, DJe de 5/3/2009).

DOS PEDIDOS:

1) A **citação do executado** (art. 214 c/c art. 221, inciso I do CPC), para dele conheça dos termos do presente CUMPRIMENTO DE SENTENÇA originária de título judicial executivo da Ação Civil Pública n.º 0403263-60.1993.8.26.0053 transitada em julgado em 09/03/2011 que tramitou perante a 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital;

2) Intime-se o executado, para que efetue o pagamento do TÍTULO JUDICIAL EXECUTIVO (inciso I, art. 475-N) conforme memória de cálculo (art. 475, B c/c art. 614, II) no importe de **R\$11.795,09(Onze mil, setecentos e noventa e cinco reais e nove centavos– Base: 04/2015)**, dentro do prazo legal (art. 475, J do CPC), e **devidamente corrigido até a data do efetivo pagamento.**

3) A fixação de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, caso haja interposição de recursos protelatórios contra decisões já sedimentadas e acobertas pelo manto da coisa julgada na ACP originária.

4) A produção de provas por todos os meios permitidos, especialmente pela juntada de novos documentos, expedição de ofícios, perícias e demais provas consideradas lícitas e eventualmente necessárias para o conhecimento da verdade;

5) Os benefícios da GRATUIDADE PROCESSUAL (art. 3º, Lei 1.060/50), conforme declaração anexa, ou, caso não seja esse o entendimento, requer o "diferimento" para que eventuais "CUSTAS INICIAIS" sejam recolhidas quando da satisfação



Alexandre Augusto Forcinitti Valera
OAB/SP 140.741

da execução, conforme expressa dicção do art. 4º, inciso III e §1º da Lei 11.608/2003, NÃO HAVENDO PREJUÍZO AO ESTADO;

6) Elege-se o Foro do domicílio da parte autora, atendendo ao disposto no inciso I, §2º do art. 98 e inciso I do art. 101, ambos do CDC, em cumprimento a decisão do REsp n.º 1.243.887/PR, na sistemática de RECURSOS REPETITIVOS (art. 543, C do CPC), proferido pela "Corte Especial" do STJ;

7) Por fim, requer-se que as publicações sejam feitas em nome de todos os causídicos abaixo, rogando à serventia que faça as anotações necessárias, sob pena de nulidade

Dá-se a causa o valor de **R\$11.795,09(Onze mil, setecentos e noventa e cinco reais e nove centavos– Base: 04/2015)**, e para fins fiscais.

Termos em que,

Pede deferimento.

Catanduva/SP, 27 de abril de 2015.

Alexandre Augusto Forcinitti Valera
OAB/SP 140.741

Edson Miranda Caltabiano
OAB/SP 126.857

Paulo Sergio Costa
OAB/SP 83.734